



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 10ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:( )

**Processo nº 0058773-40.2019.8.17.2001**

**AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA**

**RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT**

**DECISÃO**

Compulsando os autos, verifico que foi processado na seção B, da 14ª Vara Cível da Capital, feito idêntico ao que tramita neste juízo (processo nº 0021995-71.2019.8.17.2001), o qual é prevento para o julgamento da presente lide, conforme estabelece o art. 286, II c/c art. 55, §1º, ambos do CPC.

Diante do exposto, como feito retrocitado foi extinto sem resolução do mérito, declino da competência em favor da seção B, da 14ª Vara Cível da Capital.

Intime-se.

Recife, 19 de setembro de 2019.

**OTONIEL FERREIRA DOS SANTOS**

**JUIZ DE DIREITO**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 10ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0058773-40.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 10ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 51058950, conforme segue transcrito abaixo:

*"Compulsando os autos, verifico que foi processado na seção B, da 14ª Vara Cível da Capital, feito idêntico ao que tramita neste juízo (processo nº 0021995-71.2019.8.17.2001), o qual é prevento para o julgamento da presente lide, conforme estabelece o art. 286, II c/c art. 55, §1º, ambos do CPC. Diante do exposto, como feito retrocitado foi extinto sem resolução do mérito, declino da competência em favor da seção B, da 14ª Vara Cível da Capital. Intime-se. Recife, 19 de setembro de 2019. OTONIEL FERREIRA DOS SANTOS JUIZ DE DIREITO"*

RECIFE, 24 de setembro de 2019.

**WANDERSON JOSE DOS SANTOS JUNIOR**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

**Seção A da 10ª Vara Cível da Capital**

**Processo nº 0058773-40.2019.8.17.2001**

AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que a parte AUTORA/EXEQUENTE, devidamente intimada do despacho/decisão de ID 51058950, deixou transcorrer o prazo sem manifestação nos autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 5 de novembro de 2019.

**BIANCA ARAUJO DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

**Seção A da 10ª Vara Cível da Capital**

**Processo nº 0058773-40.2019.8.17.2001**

AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que redistribuo os presentes autos para o Juízo da 14ª Vara Cível da Capital, Seção B. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 5 de novembro de 2019.

**BIANCA ARAUJO DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 14ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0058773-40.2019.8.17.2001**

AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**DESPACHO**

R.H

Compulsando os documentos acostados até a presente data, verifico que a patrona subscritora da petição inicial não possui procuração nos autos, motivo pelo qual determino a intimação da parte autora, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda com a regularização da capacidade postulatória, sob pena de indeferimento da inicial.

Decorrido o prazo assinalado sem o devido cumprimento, voltem-me os autos conclusos para sentença.

Recife, 05 de outubro de 2019.

**Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz**



**Juiz de Direito**

**3**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 14ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0058773-40.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 14ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 53440226, conforme segue transcrito abaixo:

*"DESPACHO R.H Compulsando os documentos acostados até a presente data, verifico que a patrona subscritora da petição inicial não possui procuração nos autos, motivo pelo qual determino a intimação da parte autora, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda com a regularização da capacidade postulatória, sob pena de indeferimento da inicial. Decorrido o prazo assinalado sem o devido cumprimento, voltem-me os autos conclusos para sentença. Recife, 05 de outubro de 2019. Marcus Vinícius Barbosa de Alencar Luz Juiz de Direito"*

RECIFE, 11 de novembro de 2019.

**ANA CECILIA ALBUQUERQUE LINS**  
Diretoria Cível do 1º Grau





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DA CAPITAL- PERNAMBUCO.**

**Processo: 0058773-40.2019.8.17.2001 SEÇÃO B**

**JOSÉ MARIA DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO SECURITÁRIA EM EPÍGRAFE, contra **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A E OUTRA**, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Ex<sup>a</sup>, por intermédio de sua advogada adiante assinada, atender ao despacho, juntando substabelecimento aos autos.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Recife, 13 de Novembro de 2019.



CARLA ROCHA LEMOS

OAB – PE 27.103





13/11/2019

Número: **0021995-71.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 14ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE MARIA DA SILVA (AUTOR)		ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO) CARLA ROCHA LEMOS (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
44642315	05/05/2019 19:43	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO JOSÉ MARIA DA SILVA</a>	Substabelecimento



## SUBSTABELECIMENTO

**ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/PE nº 28.697D, com endereço profissional na Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 104, Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP: 50.750-630, Substabelece com reserva de poderes, a pessoa da advogada **CARLA ROCHA LEMOS**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/PE nº 27.103D, com endereço profissional na Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 104, Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP: 50.750-630, os poderes que lhe foram outorgados por: JOSÉ MARIA DA SILVA, através do instrumento particular de mandato, para praticar todos os atos que se fizerem necessários.

Recife, 02 de Maio de 2019.

  
Ana Cristina Santos  
OAB/PE 28697



Assinado eletronicamente por: ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS - 05/05/2019 19:43:14  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1905051943147660000043971751>  
Número do documento: 1905051943147660000043971751

Num. 44642315 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: CARLA ROCHA LEMOS - 13/11/2019 21:51:45  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111321514521800000053099290>  
Número do documento: 19111321514521800000053099290

Num. 53964455 - Pág. 2



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
Seção B da 14ª Vara Cível da Capital**

**AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800**

**Processo nº 0058773-40.2019.8.17.2001**

**AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA**

**RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO  
DO SEGURO DPVAT SA**

**DESPACHO**

R.H.

Compulsando detidamente os autos, em especial a decisão de ID nº 51058950, e o Sistema PJe, verifico que o autor ingressou anteriormente com feito idêntico ao presente (processo nº 0021995-71.2019.8.17.2001), que tramitou perante este Juízo. No entanto, aquele foi extinto sem resolução de mérito, pois o autor não procedeu com a regularização da capacidade postulatória. Razão pela qual ingressou com o presente feito.

Dito isto, observo que este Juízo, através do despacho de ID nº 53440226, verificando que a patrona subscritora da petição inicial não possui procuração nos autos, determinou a intimação do demandante para proceder com a regularização da capacidade postulatória, sob pena de indeferimento da inicial. Entretanto, o autor em vez de colecionar nos autos o devido substabelecimento, limitou-se a apresentar o mesmo documento que ocasionou a extinção do feito anterior (processo nº 0021995-71.2019.8.17.2001).

Assim, por mera liberalidade e pela derradeira vez, determino a intimação do autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar sua capacidade postulatória, apresentando em Juízo instrumento de



mandato válido capaz de comprovar que a patrona que subscreveu a exordial possui poderes de representação, sob pena de extinção terminativa do feito.

Cumpra-se.

Recife, 20 de dezembro de 2019.

***Clara Maria de Lima Callado***

***Juíza de Direito***





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 14ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0058773-40.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT  
SA

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 14ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 55860378, conforme segue transcrito abaixo:

*"DESPACHO R.H. Compulsando detidamente os autos, em especial a decisão de ID nº 51058950, e o Sistema PJe, verifico que o autor ingressou anteriormente com feito idêntico ao presente (processo nº 0021995-71.2019.8.17.2001), que tramitou perante este Juízo. No entanto, aquele foi extinto sem resolução de mérito, pois o autor não procedeu com a regularização da capacidade postulatória. Razão pela qual ingressou com o presente feito. Dito isto, observo que este Juízo, através do despacho de ID nº 53440226, verificando que a patrona subscritora da petição inicial não possui procuração nos autos, determinou a intimação do demandante para proceder com a regularização da capacidade postulatória, sob pena de indeferimento da inicial. Entretanto, o autor em vez de colecionar nos autos o devido substabelecimento, limitou-se a apresentar o mesmo documento que ocasionou a extinção do feito anterior (processo nº 0021995-71.2019.8.17.2001). Assim, por mera liberalidade e pela derradeira vez, determino a intimação do autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar sua capacidade postulatória, apresentando em Juízo instrumento de mandato válido capaz de comprovar que a patrona que subscreveu a exordial possui poderes de representação, sob pena de extinção terminativa do feito. Cumpra-se. Recife, 20 de dezembro de 2019. Clara Maria de Lima Callado Juíza de Direito"*

RECIFE, 14 de janeiro de 2020.

**ANA CECILIA ALBUQUERQUE LINS**  
Diretoria Cível do 1º Grau



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DA CAPITAL – PERNAMBUCO.**

**PROCESSO Nº 0058773-40.2019.8.17.2001–**

**JOSE MARIA DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move contra  
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A E OUTRA, vem mui respeitosamente a  
presença de Vossa Excelência JUNTAR SUBSTABELECIMENTO

Pede Deferimento

Ana Santos

OAB/PE 28697





## SUBSTABELECIMENTO

**ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/PE nº 28.697D, com endereço profissional na Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 102, Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP: 50.750-630, **Substabelece com reserva de poderes**, a pessoa da advogada **CARLA ROCHA LEMOS**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/PE nº 27.103D, com endereço profissional na Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 104, Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP: 50.750-630, os poderes que lhe foram outorgados por: **JOSÉ MARIA DA SILVA**, através do instrumento particular de mandato, para praticar todos os atos que se fizerem necessários.

Recife, 07 de Janeiro de 2019.

  
Ana Cristina Santos

OAB/PE 28697





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 14ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0058773-40.2019.8.17.2001**

AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## DECISÃO

Vistos etc...

I – Defiro a assistência judiciária gratuita;

II – Designo o dia 06 (seis) de maio de 2020 (dois mil e vinte ), às 14h15min, para a realização da audiência de conciliação, de que trata o art. 334 do CPC/2015, a ser realizada na sala de audiência desta 14ª Vara Cível da Capital – Seção B, pelo que deve a secretaria proceder com a citação do(s) réu(s) com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias;

III – Deverão as partes comparecerem pessoalmente, ou se fizerem representar por preposto com poderes para transigir;

IV – Determino, de logo, em prol dos princípios da efetividade e celeridade processuais, a produção de prova técnica pericial, a ser realizada sob coordenação do conciliador/mediador, na mesma oportunidade da audiência, cuja despesa com o perito deverá ser suportada pela parte Ré, conforme consentido pela própria Seguradora em resposta ao Ofício n. 005/2015 – CGRSCAC (em anexo) e por se tratar, como é de conhecimento ordinário, de prova por ela requisitada.

**Consigne-se que o conciliador/mediador, em não sendo possível à conciliação, deverá consignar eventuais impugnações ao laudo acostado.** Para o encargo, nomeio como perito a Dr. Paulo Fernando



Bezerra de Menezes Filho, CRM 16.868/PE, com cadastro neste juízo, para feitura do ato pericial, devendo a Secretaria intimá-la para comparecimento neste cartório no momento da audiência, fixando os honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), os quais deverão ser pagos até o momento da audiência (para o caso de contestação ao pedido), sob pena de a parte ré suportar os efeitos da não produção da prova pericial.

V – Faculta-se às partes a oferta, por escrito ou verbal, de quesitos no momento da audiência, assim como de assistente técnico, o qual deverá comparecer ao ato pericial independentemente de intimação.

VI – Fica advertido o autor, **que deverá ser intimado por meio de carta com AR**, que o não comparecimento à audiência resultará na extinção do processo no estado em que se encontra **bem como no pagamento da multa de que trata o §8º do art. 334 do CPC/2015, por se tratar de ato atentatório à dignidade da justiça**.

Intimações de praxe.

Cumpra-se.

Recife, 02 de março de 2020.

**Clara Maria de Lima Callado**

**Juíza de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 14ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0058773-40.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE MARIA DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT  
SA

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 14ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 58612179, conforme segue transcrito abaixo:

*" Vistos etc... I – Defiro a assistência judiciária gratuita; II – Designo o dia 06 (seis) de maio de 2020 (dois mil e vinte ), às 14h15min, para a realização da audiência de conciliação, de que trata o art. 334 do CPC/2015, a ser realizada na sala de audiência desta 14ª Vara Cível da Capital – Seção B, pelo que deve a secretaria proceder com a citação do(s) réu(s) com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias; III – Deverão as partes comparecerem pessoalmente, ou se fazerem representar por preposto com poderes para transigir; IV – Determino, de logo, em prol dos princípios da efetividade e celeridade processuais, a produção de prova técnica pericial, a ser realizada sob coordenação do conciliador/mediador, na mesma oportunidade da audiência, cuja despesa com o perito deverá ser suportada pela parte Ré, conforme consentido pela própria Seguradora em resposta ao Ofício n. 005/2015 – CGRSCAC (em anexo) e por se tratar, como é de conhecimento ordinário, de prova por ela requisitada. Consigne-se que o conciliador/mediador, em não sendo possível à conciliação, deverá consignar eventuais impugnações ao laudo acostado. Para o encargo, nomeio como perito a Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM 16.868/PE, com cadastro neste juízo, para feitura do ato pericial, devendo a Secretaria intimá-la para comparecimento neste cartório no momento da audiência, fixando os honorários periciais em R\$ 300,00 (trezentos reais), os quais deverão ser pagos até o momento da audiência (para o caso de contestação ao pedido), sob pena de a parte ré suportar os efeitos da não produção da prova pericial. V – Faculta-se às partes a oferta, por escrito ou verbal, de quesitos no momento da audiência, assim como de assistente técnico, o qual deverá comparecer ao ato pericial independentemente de intimação. VI – Fica advertido o autor, que deverá ser intimado por meio de carta com AR, que o não comparecimento à audiência resultará na extinção do processo no estado em que se encontra bem como no pagamento da multa de que trata o §8º do art. 334 do CPC/2015, por se tratar de ato atentatório à dignidade da justiça. Intimações de praxe. Cumpra-se. Recife, 02 de março de 2020. Clara Maria de Lima Callado Juíza de Direito 7"*

RECIFE, 12 de março de 2020.

**ANA CECILIA ALBUQUERQUE LINS**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Ciente.

